

Mapeando o debate sobre o significado do conceito de sustentabilidade

Mapping the debate on the meaning of the concept of sustainability

Marcos Antônio de Souza Lopes¹ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Embora o significado do conceito de sustentabilidade tenha se tornado motivo de muita controvérsia dentro da literatura sobre o tema, em linhas gerais, o conceito indica uma tentativa de combinar preocupações crescentes sobre uma série de questões ambientais com questões socioeconômicas. Com vistas a tentar compreender os debates em torno do conceito de sustentabilidade, as questões suscitadas e as respostas, este artigo apresenta uma classificação e um mapeamento de diferentes tendências de pensamento acerca da noção de sustentabilidade. Primeiramente, tratamos da origem do conceito. Em seguida, apresentamos uma tentativa de classificação das principais correntes de pensamento em torno das quais estão reunidas as diferentes concepções de sustentabilidade e que mobilizam boa parte dos debates em torno do significado do conceito. Tais correntes podem ser agrupadas em torno de três correntes principais: os que acreditam que a nossa atual compreensão dos processos socioeconômicos possuem recursos conceituais para dar conta da incorporação das demandas da sustentabilidade, podemos chamá-los de os defensores do *status quo*; os que acreditam que é necessário reformar as nossas abordagens, os reformistas; e os que defendem a necessidade de uma completa transformação no modo como compreendemos as nossas interações socioambientais, os transformadores. Por fim, apresentamos algumas considerações acerca dos limites e alcance dessas três correntes.

Palavras-Chave: Conceito de sustentabilidade, Concepções de sustentabilidade, Correntes de pensamento.

Abstract: Although the meaning of the concept of sustainability has become the subject of much controversy within the literature on the subject, the concept generally indicates an attempt to combine growing concerns about a range of environmental issues with socioeconomic issues. In order to try to understand the debates around the concept of sustainability, the questions raised and the answers, this article presents a classification and mapping of different thinking trends about the notion of sustainability. First, we deal with the origin of the concept. We then present an attempt to classify the main currents of thought around which different conceptions of sustainability are gathered and which mobilize much of the debate about the meaning of the concept. Such currents can be grouped around three main

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde coletiva/UFRJ.

currents: those who believe that our current understanding of socioeconomic processes have conceptual resources to cope with the incorporation of sustainability demands, we may call them the advocates of the status quo; those who believe it is necessary to reform our approaches, the reformists; and those who advocate the need for a complete transformation in the way we understand our socio-environmental interactions, the transformers. Finally, we present some considerations about the limits and range of these three currents.

Keywords: Sustainability concept, Conceptions of sustainability, Currents of thought.

1. Introdução

O aumento do interesse pelo conceito de sustentabilidade² reflete um movimento em direção a uma mudança importante no modo como temos entendido as relações dos seres humanos entre si e da humanidade como um todo com a natureza. Em contraste com o ideal da modernidade, que, nos últimos dois séculos, tem assumido uma separação entre a esfera ambiental e a socioeconômica, o conceito de sustentabilidade surgiu como um novo valor para as sociedades contemporâneas, prometendo alguma orientação no nosso esforço para uma melhor compreensão dos nossos relacionamentos com a presente e as futuras gerações, bem como com a natureza (Cf. BOFF, 2015).

Ao longo desses séculos, confinamos a nossa relação com a natureza, os seus bens e recursos, a uma lógica utilitária; temos concebido a esfera ambiental como algo externo à esfera socioeconômica, algo que está para ser usado e explorado para a satisfação das necessidades humanas. Nesse sentido, tendemos a olhar os problemas ambientais como problemas locais e a humanidade como estando acima da natureza. A economia, a atividade que cuida da superação da escassez dos produtos, tem mobilizado os nossos esforços com foco nas relações humanas e, particularmente, no crescimento econômico. Essa ênfase no crescimento econômico encontrou a sua justificação no fato de que a superação da escassez seria a condição necessária para a ampliação do bem-estar humano; a solução para superar a pobreza, desigualdade social e problemas ambientais.

² Na última década, o "desenvolvimento sustentável" deu lugar à ideia de sustentabilidade. Sobre isso conferir em: Jamieson (1998, p. 184) e Boff (2015, p. 45). Nesse artigo, utilizaremos as duas expressões como sinônimos.

Por trás dessa tentativa de justificação, está a ideia de que o conhecimento humano e a tecnologia seriam capazes de superar todos os limites impostos pela natureza; ideia que esteve ligada ao desenvolvimento do capitalismo, da revolução científica, da revolução industrial e dos avanços da civilização científica e tecnológica (Cf. BOFF, 2015).

O interesse no conceito de sustentabilidade representa, em certo sentido, a tomada de consciência de que o crescimento econômico, justificado com base nos nossos ideais da modernidade, não apenas deixa de cumprir as promessas, mas causa sérios problemas ambientais e socioeconômicos, tais como: perda da biodiversidade, redução dos serviços naturais, aumento da pobreza e da desigualdade, afetando diretamente o futuro da humanidade.

2. Origem do conceito de sustentabilidade

O contexto no qual surgiu o conceito de sustentabilidade pode ser dividido em dois momentos: um antigo e outro recente. Em relação ao contexto mais antigo, de acordo com Boff (2015), a formulação da noção esteve associada à Silvicultura, isto é, o manejo de florestas. Por volta de 1560, na província da Saxônia, localizada na atual Alemanha, surgiu, pela primeira vez, a preocupação e o interesse em abordar de maneira técnica o uso racional das florestas. Foi dessa preocupação com a regeneração e a sustentação das florestas que, segundo Boff, se empregou a palavra alemã *Nachhaltigkeit* com o significado próximo daquele que nós conferimos ao termo sustentabilidade. Na Saxônia daquele período, havia um uso excessivo da madeira na produção de carvão, produto demandado pela intensificação da metalurgia. Essa situação levou o capitão Hans Carl Von Carlowitz (1645-1714) a escrever o tratado intitulado *Silvicultura Oeconomica*. O documento apontava a necessidade do uso sustentável das florestas, pois a madeira estava cada vez mais escassa e, com isso, o lucro com a extração diminuía continuamente. Em certo sentido, podemos então dizer que surgia, há 400 anos, a primeira definição de sustentabilidade, entendida como o esforço permanente para garantir a regeneração e a manutenção das florestas; assegurando teoricamente às gerações futuras o acesso ao bem e o seu uso. O conceito de sustentabilidade, associado ao estudo dos

métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos das florestas, permaneceu por muitos anos vivo nos círculos ligados à silvicultura (Cf. BOFF, 2015).

Mais recentemente, a sustentabilidade foi reconhecida em importantes documentos políticos globais, tais como, o relatório *Os Limites do Crescimento* (1972), o Relatório Brundtland (1987), A Declaração do Rio (1992), a Agenda 21 (1992) e A Declaração de Johannesburg (2002). Desde então, o conceito passou a ser amplamente disseminado e discutido na esfera política, acadêmica e científica com foco em soluções técnicas para os problemas aos quais o conceito se refere. Um primeiro impulso para que o tema ganhasse reconhecimento público e as agendas política e acadêmica veio em 1972, quando o chamado Clube de Roma³ solicitou a uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), liderada por Dennis e Donella Meadows, um estudo sobre as inter-relações entre a produção industrial, o aumento populacional, o esgotamento dos recursos naturais e o desenvolvimento tecnológico. Esse estudo resultou na elaboração do relatório intitulado “Os Limites do Crescimento” (1972); uma das principais conclusões do relatório foi a de que se a humanidade continuasse a consumir os recursos naturais no ritmo apresentado naquela época, por consequência da industrialização, em menos de 100 anos eles se esgotariam. As Teses do Clube de Roma inspiradas pelo Relatório *Os limites do crescimento* colocou em pauta a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países.

Foi em 1987, num estudo produzido no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da ONU, presidida à época pela ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que as preocupações com o desenvolvimento econômico, a perda da biodiversidade, o esgotamento dos recursos não renováveis e as suas conexões com a pobreza e a miséria encontraram uma articulação na expressão “desenvolvimento sustentável”.

Desde a publicação do Relatório da Comissão, intitulado *Our common future* (Nosso futuro comum), o termo sustentabilidade é empregado para se referir à articulação de causas e

³ O Clube de Roma foi fundado em 1966 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Grupo de pessoas de várias áreas sociais que se reúnem para discutir assuntos relacionados à economia internacional, política e, principalmente, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

efeitos recíprocos em três campos ou planos: o econômico, o social e o ambiental. Um novo modelo de desenvolvimento deveria levar em consideração o crescimento econômico, as questões sociais e os problemas ambientais. Grosso modo, a sustentabilidade era um qualificador e base para o diagnóstico e a proposta de um novo modelo de desenvolvimento. O Relatório Nosso Futuro Comum, apresenta o “desenvolvimento sustentável” como “a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”(COMISSÃO, 1988, p. 9).

De acordo com Mawhinney (2005), é clara a diferença entre os ideais defendidos na modernidade e aqueles defendidos no relatório Brundtland. O Relatório reconhece que a dependência humana em relação ao meio ambiente para satisfazer necessidades e bem-estar deve ser entendida num sentido bem mais amplo do que aquele segundo o qual a natureza é apenas uma infindável fonte de recursos a ser explorada. Assim, para o autor, a noção segundo a qual estamos acima e à parte da natureza dá lugar à noção de que as nossas vidas, atividades e a própria sociedade estão inseridos e são dependentes do meio ambiente.

Ainda de acordo com Mawhinney (2005), outra mudança de atitude revelada pelo Relatório Brundtland é o reconhecimento de que os problemas ambientais não são apenas locais, mas globais. Isso fez com que o Relatório considerasse que os impactos devem ser tratados internacionalmente com vistas a tentar evitar o deslocamento de problemas de uma área para outra por meio, por exemplo, de ações tais como: a remoção das indústrias poluidoras para outros locais. Além disso, reconheceu-se também que os problemas ambientais podem ameaçar a saúde das pessoas; limitar o acesso aos meios básicos necessários à subsistência; ameaçar vidas; causar guerras; e comprometer o modo de vida das futuras gerações.

Para Hopwood et al. (2005), a sustentabilidade suscita questões sobre a reivindicação dos países no pós-guerra, a qual ainda orienta grande parte da política econômica dos países. Essa reivindicação estaria associada à ideia de que a prosperidade internacional e o bem-estar humano podem ser alcançados pelo aumento do comércio global e da indústria. Mas, como destaca o autor, os modelos de crescimento que seguiram essa ideia de generalização do *americanwayoflife* fracassaram em relação à erradicação da pobreza, tanto em termos globais, quanto dentro dos próprios países; para piorar, a perseguição a esse modelo de crescimento

umentou o fosso entre as nações ricas e as nações pobres, além de ter prejudicado o meio ambiente do qual dependemos.

Hopwood et al. (2005), como podemos perceber, parece concordar com Mawhinney(2005) em relação à diferença nas ideias defendido pelo relatório Brundtland e aqueles da modernidade. Para o autor, o Relatório propõe pensar uma forma diferente de desenvolvimento não tanto em termos quantitativos, como mero crescimento, mas num sentido principalmente qualitativo; incorpora a satisfação das necessidades humanas essenciais e de temas relativos ao meio ambiente nas tomadas de decisão econômicas; dar uma maior ênfase ao desenvolvimento humano, na participação nas decisões e maior equidade na distribuição dos benefícios.

No entanto, existe um desacordo em relação à definição de sustentabilidade nos termos propostos pelo Relatório Brundtland. De acordo com Wackernagel e Rees (1996), o Relatório tentou contornar algumas das polêmicas em torno da relação entre crescimento econômico e preservação ambiental; por exemplo, quando tratou de modo ambíguo das prioridades de satisfazer as necessidades dos pobres, de proteger o meio ambiente e de promover o crescimento econômico rápido. A ambiguidade com que abordou a prioridade de tratamento desses temas permitiu que políticos e líderes empresariais incorporassem aos seus discursos e para os seus propósitos, portanto, com diferentes sentidos tanto a expressão “desenvolvimento sustentável” quanto o termo “sustentabilidade”. Com isso, como foi destacada já em 1998, no Workshop sobre Sustentabilidade Urbana da Fundação Nacional de Ciências dos EUA, a sustentabilidade passou a ter muitas definições; por isso, passou também a correr o risco de mergulhar numa falta de sentido ou de tornar-se um slogan visando a fins meramente demagógicos (Cf. HOPWOOD et al. 2005).

Em outra área do debate está a polêmica entre as visões de sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte (Cf. NEUMAYER, 2013). Os defensores da sustentabilidade fraca afirmam que o capital manufaturado e o capital natural são intercambiáveis e que a tecnologia é capaz de preencher as lacunas produzidas pelo ser humano no mundo natural. A versão mais radical dessa visão sustenta que o problema econômico diz respeito, sobretudo, como contornar a escassez e, dada a completa substituíbilidade entre capital manufaturado e capital natural, a falta de recursos naturais não seria um problema; a exaustão desses recursos não seria uma catástrofe, mas apenas um evento a ser contornado por inovações e soluções

tecnológicas. Os defensores da sustentabilidade forte apontam que o capital manufaturado não pode substituir uma grande variedade de processos vitais para a existência humana, tais como: a camada de ozônio, a fotossíntese das plantas e o ciclo hidrológico.

Por conseguinte, embora o tema da sustentabilidade tenha representado uma importante mudança na compreensão das inter-relações entre as dimensões econômica, social e ambiental, o debate em torno do conceito e das interpretações ainda está aberto. Na próxima seção, apresentaremos uma possível classificação das diferentes concepções de sustentabilidade. A classificação procura reunir as concepções em grupos principais: os que acreditam que a nossa atual compreensão dos processos socioeconômicos possui recursos conceituais para dar conta da incorporação das demandas da sustentabilidade, podemos chamá-los de os defensores do *status quo*; os que acreditam que é necessário reformar as nossas abordagens, os reformistas; e os que defendem a necessidade de uma completa transformação no modo como compreendemos as nossas interações socioambientais, os transformadores.

3. Mapeando as concepções de sustentabilidade

Existem diferentes concepções sobre como a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável devem ser realizados na prática; existem também diferentes critérios para reuni-las. Nesse artigo, optamos por seguir, em parte, a divisão proposta por Hopwood et al. (2005). Em sua divisão, os autores consideram dois eixos principais: de um lado, as preocupações em torno de fatores socioeconômicos e, de outro, as preocupações em torno de fatores ambientais. As abordagens que enfatizam preocupações com fatores socioeconômicos podem incluir, por exemplo, uma ênfase maior na sustentação do crescimento econômico e uma ênfase menor em torno do problema da igualdade. As abordagens que enfatizam os aspectos ambientais incluem as que priorizam preocupações tecnocêntricas e aquelas que priorizam preocupações ecocêntricas. Com base nesses dois eixos, socioeconômico e ambiental, Hopwood et al. (2005) identificam três correntes de pensamento dentro das quais estariam as diferentes concepções de sustentabilidade: os defensores do *status quo*, os defensores do reformismo e os defensores da necessidade de transformação. Os defensores do *status quo* são aqueles que se identificam

mais com os sistemas tradicionais e não desejam grandes modificações. Os reformistas veem a necessidade de reformas no sistema para abordar de modo mais justo as questões sociais e a conservação do meio ambiente. Por fim, a terceira corrente é a dos transformadores, para os quais o combate aos crescentes problemas exigiria uma mudança radical da atual ordem mundial.

3. 1. *Status quo*

Os defensores do *status quo* reconhecem a necessidade de algumas mudanças, mas não concordam com a ideia de que o meio ambiente e a sociedade estão enfrentando problemas insuperáveis. Esses problemas, segundo eles, podem ser resolvidos a partir de ajustes que não implicam em mudanças substanciais nas estruturas socioeconômicas, nos meios de tomada de decisão ou nas relações de poder. Para os defensores de abordagens desse tipo o desenvolvimento, entendido como crescimento, e o avanço tecnológico são as soluções para muitos dos problemas relacionados ao meio ambiente e a sociedade. Por exemplo, para Simon e Kahn (1984), os mercados e a tecnologia podem produzir no futuro um mundo menos poluído, mais ecologicamente estável e com pessoas mais ricas. Ou, conforme Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (1998), não há nenhum conflito entre o crescimento do mercado global e a estabilidade ambiental; é possível construir um sistema comercial aberto, vigoroso e saudável e, ao mesmo tempo, alcançar a sustentabilidade.

As abordagens do tipo *status quo* podem variar significativamente, elas podem insistir em soluções a favor das desregulamentações dos setores de atividades econômicas, maior ou menor interferência dos governos, maior ou menor ênfase em soluções tecnológicas. A concepção elaborada no âmbito do Departamento de Meio ambiente, Transportes e Regiões do Reino Unido, por exemplo, defende que o avanço em direção à sustentabilidade exige mais crescimento econômico e não menos. As soluções para as questões suscitadas pelo debate em torno da sustentabilidade dependeriam também de medidas adotadas pelos governos, tais como: redução da natureza progressiva da tributação, cortes no salário social, privatização e redução da regulamentação do mercado; eles também advogam a favor do aumento da

disponibilização de informação, implantação de técnicas de gerenciamento aprimoradas e novas tecnologias que operam no mercado (Cf. MAWHINNEY, 2005).

Outra abordagem representativa dos defensores do status quo é a dos chamados economistas neoliberais. Em geral, a corrente do pensamento econômico designada pelo termo neoliberal rejeita a interferência do governo no mercado e, por isso, são relutantes às iniciativas legais e regulações dos estados que possam afetar o alegado equilíbrio natural dos mercados. Para os defensores dessa corrente, o poder dos consumidores, informado sobre questões de sustentabilidade e livre para escolher seu estilo de vida, combinado com o interesse dos capitalistas verdes na “cidadania corporativa” e negócios “éticos”, assegurariam o impulso para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Ademais, podem ser atribuídas ainda como características da corrente neoliberal a pouca ênfase aos temas de governança e a necessidade de ampliar e dar efetividade aos direitos democráticos; defendem que os sistemas governamentais e comerciais existentes podem ser orientados e melhorados a partir do uso de técnicas de gestão e planejamento⁴; e entendem que impostos ambientais mais modestos, permissões de comércio de direitos de poluir também seriam meios de promover a mudança para a sustentabilidade (Cf. MAWHINNEY, 2005).

Outra corrente representativa do status quo é a dos modernizadores tecnológicos. Embora reconheçam a necessidade de algumas reformas, apoiam o *status quo*, o mercado, a ampliação do uso da tecnologia, as parcerias entre governo, empresas, ambientalistas moderados e cientistas; mas é característico dessa corrente o fato de conferir pouca importância à equidade, à justiça e ao bem estar humano (Cf. HOPWOOD, 2005).

Em resumo, a maior parte dos defensores do status quo tem um fraco compromisso com a sustentabilidade ambiental e acreditam que a tecnologia e o crescimento econômico são a solução para os danos ambientais. Eles dão pouca atenção a questões e temas relacionados à pobreza e à falta de equidade de poder político, pois acreditam que o crescimento econômico é o caminho para superar esses desafios.

⁴Como por exemplo, AIA (avaliação de impacto ambiental), EMAS (eco-gestão e sistema de auditoria), análise custo/benefício, BATNEEC (melhores técnicas disponíveis não implicando custo excessivo) e BPEO (melhor opção ambiental praticável).

3.2. Reformistas

Os reformistas reconhecem que os problemas ambientais e sociais continuam a crescer. Eles criticam as políticas adotadas pela maioria das empresas e governos atuais, bem como muitas tendências conservadoras dentro das sociedades. No entanto, rechaçam a possibilidade de um colapso completo dos sistemas social e ecológico e não acreditam que uma transformação fundamental seja necessária, nem mesmo recomendável.

Para os reformistas, as raízes do problema não estão na natureza da sociedade atual, mas antes num desequilíbrio que não poderia ser contornado enquanto houver falta de conhecimento e informações confiáveis e precisas. Uma vez sanada essa falta, para eles é possível que conseguiremos, ao longo do tempo, lidar com os desafios ambientais e sociais conservando ainda algo das estruturas econômicas e sociais atuais, embora reconheçam que uma mudança mais profunda na política e no estilo de vida será necessária em alguns casos (Cf. HOPWOOD, 2005).

Para os reformistas, a tecnologia é uma das principais ferramentas para garantir a proteção do meio ambiente. Weizsacker et al. (1997) destacam a necessidade de se reduzir substancialmente o uso de materiais na economia e apoiam o aumento da eficiência energética e a substituição do uso de combustíveis fósseis por fontes renováveis. Para eles, essas mudanças oferecerão oportunidades de mercado para as empresas, levando-as a interpretar tais mudanças como benéficas para o meio ambiente e para o lucro.

Os reformistas também compartilham o pressuposto de que o governo tem um papel fundamental para a sustentabilidade, uma vez que cabe a ele acompanhar a mudança das empresas em alguns casos, até mesmo controlar os impostos e subsídios e mudar o foco de pesquisa e a maneira como a informação é disseminada. Além disso, eles consideram que uma reforma do sistema político será necessária para aumentar a democracia e a participação (Cf. HOPWOOD, 2005).

Das diferentes concepções inseridas no grupo dos reformistas, podemos mencionar os chamados “economistas verdes”, que argumentam que o mercado precisa de modificações para corrigir suas falhas para introduzir regulamentação de modo a orientá-lo em direção à sustentabilidade ecológica. Sobre isso, Pearce et al. (1989) sugerem a internalização dos custos ambientais, isto é, a incorporação desses custos, que atualmente são vistos pelo

mainstream como externos à análise econômica; eles também defendem o recálculo dos serviços e benefícios ambientais. Hawken et al. (1999) e Roodman (1996) defendem que o governo modifique o balanço na distribuição de impostos e subsídios para favorecer o emprego e o meio ambiente, ao invés do consumo de energia, bem como que encoraje as empresas a mudar as suas tecnologias de produção. Korten (1996), por sua vez, acredita que as corporações globais e agências internacionais, tais como o Banco Mundial e o FMI, precisam ser controladas de modo que o capitalismo seja capaz de proteger o meio ambiente e melhorar o padrão de vida de todos.

Por fim, pode-se destacar também, dentro do grupo dos reformistas, os grupos ambientalistas bastante conhecidos, tais como: Amigos da Terra, Greenpeace, WWF e Sierra Club. Segundo Mawhinney (2005), esses grupos cada vez mais vêm mudando suas características; eles têm passado do ativismo de base e do protesto em massa para o lobby político e parcerias junto a empresas e governos. Outros grupos alinhados com a abordagem reformista aproximam-se dos grupos dos transformadores; por exemplo, Schumacher (1973) defende que a economia deve ser administrada “como se as pessoas tivessem importância”, com a implicação de que pequenas e locais são mais sustentáveis do que grandes e globais.

3.3. Transformação

De acordo com Hopwood et al. (2005), para os defensores da transformação, os problemas ambientais e sociais estão relacionados às características fundamentais da sociedade atual e ao modo como os seres humanos se relacionam entre si e com o meio ambiente. Eles argumentam a favor de uma transformação mais profunda nas estruturas socioeconômicas e nas relações humanas com o meio ambiente, a fim de evitar uma crise ou um possível colapso no futuro próximo. Para eles, a reforma é insuficiente, isso porque muitos dos problemas estão localizados dentro das estruturas econômicas e de poder da sociedade. Eles acusam os reformistas de não se preocuparem apropriadamente nem com o bem-estar humano nem com a sustentabilidade ambiental.

Embora alguns defensores da transformação utilizem as estruturas políticas e os argumentos científicos estabelecidos, eles geralmente veem necessidade de ação social e

política que inclua aqueles que estão fora dos centros de poder, como os grupos indígenas, os pobres, a classe trabalhadora e as mulheres, por exemplo. Estão incluídos nesse grupo, tanto aqueles que se concentram apenas no aspecto ambiental ou apenas no aspecto socioeconômico, bem como os que sintetizam ambos os aspectos (Cf. HOPWOOD et al. 2005).

Aqueles que priorizam o aspecto ambiental não estão tão preocupados com o desenvolvimento sustentável por tratar-se de um conceito excessivamente centrado no ser humano. Os *ecologistas profundos*, por exemplo, preocupam-se acima de tudo com o meio ambiente, dando ênfase ao valor intrínseco da natureza, bem como às necessidades dos ecossistemas; isso significa assumir que os humanos devem vir em segundo plano (Cf. HOPWOOD et al., 2005).

Em contraste com os ecologistas profundos, os cornucopianos socialistas enfatizam exatamente o aspecto socioeconômico (Cf. HOPWOOD et al. 2005). Eles argumentam a favor da necessidade de uma transformação social profunda a fim de superar as injustiças econômicas e sociais. Alguns dos cornucopianos socialistas não dão ênfase às questões ambientais, pois acreditam que as competências humanas e a libertação das amarras do capitalismo são os melhores meios para superar todos os problemas.

Os defensores da transformação que sintetizam ambos os aspectos, o ambiental e o socioeconômico, adotam diferentes pontos de vista, mas todos concordam que as crises no meio ambiente e na sociedade estão interconectadas e que os sistemas sociais e ambientais correm sérios riscos, caso mudanças mais radicais não sejam implementadas. Para eles, os problemas ambientais e sociais atuais estão enraizados na atual estrutura social, baseada na exploração e subordinação de grande parte das pessoas e do meio ambiente a um pequeno grupo. Essa visão está comprometida com a equidade social, com acesso à subsistência, à boa saúde, aos recursos e às tomadas de decisão econômica e política. Grupos alinhados com essa visão são, por exemplo, a “Justiça Ambiental de Base” e os “movimentos ambientais indígenas”, os quais, embora não façam uso exatamente do mesmo vocabulário da sustentabilidade empregado nos círculos oficiais e acadêmicos, tratam de temas

semelhantes, como as questões sobre como viver no meio ambiente sem que isso provoque grandes desigualdades e pobreza (Cf. HOPWOOD, et al. 2005).⁵

Por fim, também podemos enquadrar entre as abordagens transformacionistas uma série de campanhas e ações.⁶ Muitas delas ligam lutas ambientais, sociais, econômicas e antiglobalização. Essas lutas representam alguns dos enfrentamentos mais enérgicos às abordagens do *status quo* e do reformismo dentre os tipos de concepções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Elas consideram aspectos como equidade social; diversidade cultural e democracia ambiental; novos valores políticos; e uma nova racionalidade social para a sustentabilidade.

Considerações finais

O otimismo dos defensores do *status quo* em relação ao crescimento econômico como solução para os problemas sociais e ambientais parece não se confirmar na prática. Contrariando as expectativas, a equidade global declina e o mundo está cada vez mais desigual. Nos últimos 50 anos, o comércio mundial cresceu 17 vezes, mas a parcela dos países mais pobres entrou em colapso. Os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da terra, enquanto os 20% mais pobres têm que se contentar com 1,6%. As três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos superiores a toda riqueza dos 48 países mais pobres, nos quais vivem 600 milhões de pessoas (Cf. BOFF, 2015).

De acordo com Hopwood et al. (2005), atualmente, a visão de *status quo* domina a política, contudo ela parece não oferecer uma resposta adequada aos desafios colocados pelo debate sobre a sustentabilidade. Os defensores dessa visão parecem usar a sustentabilidade como pretexto para continuar e justificar o sistema econômico e todas as suas mazelas. Desse modo, se quisermos realmente avançar em direção a um estilo de vida sustentável, agora e no

⁵Perspectivas tais como a Ecologia Social e ecofeminismo também estão alinhados a essa visão (Cf. HOPWOOD et al., 2005).

⁶A título de exemplo, podemos citar a luta dos seringueiros brasileiros liderada por Chico Mendes; a campanha do povo Ogoni da Nigéria; movimento Chipko na Índia; a revolta zapatista em Chiapas (Cf. HOPWOOD et al., 2005).

futuro, dentro de um ambiente abundante, saudável e diversificado, aceitar o *status quo* como fundamento para a sustentabilidade não parece ser uma opção viável.

Os reformistas, em sua maioria, rejeitam as soluções propostas pelo *status quo* e pelos transformadores, mas tendem a priorizar o aspecto socioeconômico em detrimento do aspecto ambiental. Eles acreditam que o modelo atual de desenvolvimento, com algumas reformas, pode ser a solução para os problemas ambientais e sociais. O desafio para eles é como persuadir governos e grandes empresas a promover as reformas necessárias para alcançar a sustentabilidade. Contudo, como destaca Boff (2015), na compreensão e na linguagem política dos governos e das empresas, o desenvolvimento é medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo crescimento econômico, pela modernização social, pelo progresso tecnológico, pela acumulação crescente de bens e serviços, pelo aumento da renda das empresas e das pessoas. A empresa e a economia dos países que não ostentam taxas positivas de crescimento anual entram em crise, em recessão ou em estagnação; nesse sentido, podem até ir à falência, suscitando o fantasma da desestabilização social devido aos altos índices de desemprego.

Com base nesses raciocínios, o desenvolvimento na prática é sinônimo de crescimento material. Assim, não devemos nos iludir, pois no mundo empresarial e dos negócios, o importante é ganhar dinheiro com o menor investimento possível, com a máxima rentabilidade possível, com a concorrência mais agressiva e no menor tempo possível. Será que algumas reformas nesse modelo de sistema seriam suficientes para resolver os problemas ambientais e sociais? O problema da posição reformista é que, em sua maioria, prioriza as questões socioeconômicas em detrimento das questões ambientais e, nesse sentido, está mais preocupada em manter o sistema capitalista/consumista/industrial do que propriamente promover um estilo de vida igualitário e sustentável (Cf. BOFF, 2015).

Por fim, as abordagens dos transformadores que perseguem a síntese entre aspectos ambientais e socioeconômicos parecem fazer uma análise mais profunda dos problemas suscitados pelo debate sobre sustentabilidade. Além de destacar e analisar problemas tais como a degradação ambiental, pobreza, desigualdade social e econômica, eles se preocupam com as conexões entre esses problemas. Embora sejam grupos minoritários dentre os que dão suporte às diferentes abordagens, esses grupos apresentam uma grande capacidade de construção de alianças entre os movimentos que lutam por justiça ambiental e social. O

desafio que enfrentam é como mobilizar uma coalizão poderosa o suficiente para realizar as mudanças necessárias. Dado que a sustentabilidade demanda uma síntese entre questões ambientais e socioeconômicas, as concepções de sustentabilidade que realmente buscam se adequar ao conceito tendem, cada vez mais, a assumir uma posição de transformação.

Referências

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: O que é – O que não é*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

HAWKEN, P; LOVINS, A; LOVINS, L. *Natural Capitalism: the Next Industrial Revolution*. Earthscan: London. 1999.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. *Sustainable Development: Mapping Different Approaches*. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/action/doSearch?AllField=Sustainable+Development%3A++Mapping+Different+Approaches>>. Acesso em: 20 de Set. 2018.

JAMIESON, Dali. *Sustainability and beyond*. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/0e30/9c47af491ee8d535b4150b81643cc9ce8fe2.pdf>>. Acesso em: 20 de Set. 2018.

KORTEN, D. *When Corporations Rule the World*. Earthscan: London. 1996.

NEUMAYER, E. *Weak versus Strong Sustainability: Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*. 4. ed. 2013.

PEARCE, D; MARKANDYA, A; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. Earthscan: London. 1989.

ROODMAN D. *Paying the Piper: Subsidies, Politics and the Environment*. Worldwatch Institute: Washington, DC. 1996.

SCHUMACHER, E.. *Small Is Beautiful: Economics as if People Mattered*. Abacus: London. 1973.

WACKERNAGEL, M; REES W. *Our Ecological Footprint*. New Society: Gabriola Island, Canada. 1996.

WEIZSACKER E; LOVINS A; LOVINS L. *Factor Four: Doubling Wealth Halving Resource Use*. Earthscan: London. 1997.

Submetido em: 14/02/2017

Aceito em: 15/12/2019